

O Segundo Congresso Afro-Brasileiro em Salvador: as perspectivas do racismo religioso em Salvador no ano de 1937.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18446286>

Julia Souza Lima da Silva

(Especialista em história pública da Bahia/UCSAL - Universidade Católica do Salvador)

Email: julsilvasl0@gmail.com

Resumo: Baseado numa capa de jornal vindo do período do início da república/já republicano, mais especificamente, do ano de 1937. Este artigo visa falar sobre o segundo congresso afro-brasileiro que ocorreu no estado da Bahia e as perspectivas do racismo religioso na cidade de Salvador no mesmo ano, sendo o mesmo o ano em que ocorreu o congresso. Cujas notícias da página de jornal fala e escancara ambos, como o termo “racismo religioso” sendo algo mais atual, já que não se pensava dessa forma no ano em questão.

Palavras-chave: Afro-brasileiro; Congresso; Racismo Religioso; Salvador.

Introdução

O racismo religioso sempre foi uma questão relevante na história do Brasil, marcada por uma diversidade cultural e étnica. No ano de 1937, um marco importante nessa discussão ocorreu com a realização do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, na cidade de Salvador. Neste evento, líderes religiosos e intelectuais afrodescendentes reuniram-se para debater e expor o tema “Negro”.

Ao tratar de questões afro-religiosas, é indubitável a necessidade pela menção do importante autor Edison Carneiro. Ao qual Rossi (2011) diz:

Se é possível dizer que o interesse de Édison Carneiro pela cultura afro-brasileira começou a se pronunciar a partir de suas atividades junto à Academia dos Rebeldes, com a sua conversão ideológica ao comunismo, tal interesse praticamente selaria os destinos de sua produção intelectual e de suas consequentes tomadas de posição no campo intelectual brasileiro. Uma conversão que, em parte, foi se construindo gradualmente não apenas para Édison Carneiro, mas para toda uma leva de jovens universitários e letrados da Bahia, na medida em que foram se dando conta dos rumos que a revolução de 30 ali tomava. (Rossi, 2011)

Vale ressaltar a relação de confiança existente entre este e Mãe Aninha, sendo a última, responsável por trazer informações ao autor. Carneiro, em conjunto a representações importantes, como Jorge Amado, chegaram a formar, ainda antes do governo Vargas, a denominada “Academia dos Rebeldes”, grupo criado com o intuito de ressaltar as literaturas modernistas e o teor realista que as compunham, de acordo com o Movimento de 1930, além de discutir os aspectos da sociedade baiana. Por conta da militância dos componentes do grupo, sobretudo em defesa ao povo e representações de religiões africanas, suas atuações muitas vezes eram vistas como casos de denúncia à polícia. Segundo Soares (2006):

A Academia dos Rebeldes abriu caminhos, como numa cerimônia do encantado, em que se abrem os trabalhos fazendo o padê de Exú para a carreira intelectual de Jorge Amado, Edison Carneiro, Sosígenes Costa, Pinheiro Viegas, Áydano do Couto Ferraz e outros que, militando no Partido Comunista Brasileiro, souberam conviver e defender a minoria que praticava o culto afro-brasileiro. (Soares, 2006, p. 29)

Baseado nos objetivos da Academia, Edison Carneiro foi também, com apoio de seus colegas e dos participantes, o coordenador do 2º Congresso afro-brasileiro ocorrido na Bahia em 1937, três anos após o primeiro. O tema central para discussão dos antropólogos e estudiosos nacionais presentes, portanto, foi a questão do negro e seus costumes socioculturais. Diante ao acontecimento do congresso, os representantes de Santo abriram os seus barracões para o público e promoveram festividades, como forma de prestígio ao seu acontecimento, que era visto como fruto de resistência para a população negra, diante de uma sociedade que desejava destruir os seus traços. Segundo Mariana Moraes (2020), “parte desses pesquisadores estavam vinculados a órgãos estatais de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas higienistas.” Portanto, foi possível notar que, com a presença de políticos e influenciadores da época, o acontecimento do congresso chegou a ser noticiados em diversos jornais da Bahia (Moraes, 2020. p. 2).

Para o termo que utilizamos atualmente para designar a famosa Intolerância religiosa que para o período em questão, em si, era algo que ainda não existia. No termo “Intolerância Religiosa”, vemos o que atualmente temos como o Racismo Religioso. Racismo, ao ser algo sofrido pela população negra desde os primórdios da colonização brasileira, onde vemos uma supremacia branca na história, que designou o termo “Raça” para se referir as pessoas de outras etnias. O povo negro em questão eram vistos como arcaicos, visto que a sua religião ainda se mantinha os sacrifícios de animais para oferta dos seus deuses. Rodrigues (2020), traz em seu artigo uma perspectiva sobre o uso do termo “Racismo” e “Intolerância” Religiosa, ao qual o mesmo traz logo no início da introdução que:

Algumas considerações são essenciais para se fazer de início: os termos racismo religioso e intolerância religiosa estão em plena disputa dentro das narrativas dos afrorreligiosos e de pesquisadores do tema, sendo que o termo racismo religioso só apareceu em literatura acadêmica em 2012. Na pesquisa que realizei em Fortaleza ficou perceptível que a categoria racismo religioso é mais comum nas narrativas de candomblecistas que tem ensino superior completo e/ou que são militantes sociais. Talvez os adeptos que não tenham o mesmo nível de escolaridade ou experiência militante ainda falem em intolerância ao invés de racismo religioso – pelo menos foi isso que o campo indicou. (Rodrigues, 2020. Pág. 30)

Diante da complexidade e da evolução terminológica nas discussões sobre racismo religioso e intolerância religiosa, é importante destacar a dinâmica em constante transformação desses conceitos, especialmente no contexto das práticas e narrativas dos afro-religiosos. A citação então mencionada ressalta a disputa em torno das definições e do emprego dos termos, revelando a emergência do termo "racismo religioso" apenas em 2012 no âmbito acadêmico.

O segundo Congresso Afro-Brasileiro: onde, quando, como ocorreu e quem participou

Ocorrido de 11 a 20 de janeiro de 1937 na cidade de Salvador, o segundo congresso afro-brasileiro, que ocorreu na Bahia, teve como referência principal a vivência do povo preto que viveu no estado baiano durante a década. Coordenado por Edison Carneiro, o congresso então confirmaria o reconhecimento alcançado pela emergência do tema “negro” na sociedade brasileira, que até então era bastante escassa. Centralizado apenas na parte da cultura afro-brasileira, o simpósio teve não apenas estudiosos da temática, mas também sacerdotes e o povo de Santo que abriram seus terreiros para o público do mesmo.

Foram convidados para formar a comissão executiva então, o Martiniano Bonfim, que exerceu o seu papel de presidente de Honra com muita dignidade e interesse, seu grande amigo Jorge Amado, Azevedo Marques, Reginaldo Guimarães, entre outros que não puderam participar pessoalmente, como Arthur Ramos (sendo o mesmo um dos grandes nomes da Etnologia brasileira, responsável pela retomada dos estudos de Nina Rodrigues e Manoel Querino, no período de 1930). “Estou ajudando o Estado da Bahia a fazer reportagens sobre os candomblés e, ao mesmo tempo, conseguindo a adesão de toda a turma. A coisa vai de vento em popa.” (Edison Carneiro em carta enviada a Arthur Ramos, no dia 06 de junho de 1936).

Após essa citação da carta de Edison para seu amigo Arthur (que residia no Rio de Janeiro), vemos que o mesmo desde o ano de 1936 já se preparava de certo modo para a elaboração do Congresso, visto o que o mesmo diz neste trecho da carta, Edison então teria feito as reportagens para publicações para o Jornal do Estado da Bahia sobre o 2º Congresso afro-brasileiro como aponta Clay (2003), em seu trabalho para o curso de comunicação em jornalismo:

A três dias da abertura do congresso, Edison Carneiro iniciou, em O Estado da Bahia, uma série de notas e reportagens divulgando a programação e as principais atividades realizadas durante o evento, sempre com o título 2º Congresso Afro-Brasileiro. No dia 8 de janeiro de 1937 foi publicada a primeira delas com o subtítulo “O programa dos trabalhos desse importante certame científico”. Essa primeira nota foi ilustrada com uma fotografia feita no terreiro de Joãozinho da Goméia, com a legenda “A comissão executiva do 2º Congresso Afro-Brasileiro diante do barracão do candomblé da Goméia”. O texto anuncia a instalação das sessões no Instituto Histórico da Bahia e seu encerramento na antiga Faculdade de Medicina, com uma homenagem a Nina Rodrigues, que contaria com a presença de Arthur Ramos, mas que por motivos pessoais, como veremos mais tarde, não pôde comparecer ao evento. (Clay, 2003. pág. 54)

Já nas vésperas da abertura oficial do Congresso, o jornal Estado da Bahia, em sua edição de seis de janeiro de 1937, publicou uma nota de destaque que dizia: “O professor Renato Mendonça virá á Bahia tomar parte nos seus trabalhos”. (Jornal do Estado da Bahia, 1937). Onde segundo a mesma nota Renato Mendonça era “docente do collégio Pedro II e membro do corpo consular do Brasil”. Foi escritor, onde sua obra “A influência africana no portugues do Brasil” no período em questão, já estava na segunda edição.

No dia nove teve a seguinte visibilidade: “O 2º Congresso Afro-Brasileiro Na próxima segunda-feira, 11, às 15 horas, no Instituto Histórico da Bahia / A sessão será presidida pelo Professor Martiniano do Bonfim, antigo colaborador de Nina Rodrigues”. (Jornal do Estado da Bahia, 1937)

Já na edição do dia doze (capa que inspirou a escrita deste artigo), a notícia fora:

Segundo Congresso Afro-Brasileiro. Como decorreu a sua sessão de instalação. Presidida por Martiniano do Bonfim, o antigo colaborador de Nina Rodrigues, realizou-se ontem, conforme estava marcada, a sessão inaugural do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia (...) Presente grande número de congressistas, o escritor Áydano do Couto Ferraz leu o termo de abertura do Congresso, assinado pela Comissão Executiva e logo em seguida passou a presidência ao Professor Martiniano do Bonfim, que se achava ladeado pelo escritor Édison Carneiro e pelo juiz federal Mathias Olympio. (Jornal Estado da Bahia, 1937)

Diante das notícias vemos o impacto que o 2º congresso afro-brasileiro teve na cidade de Salvador, se não, em toda a Bahia, visto que o jornal era do estado.

O contexto sócio-histórico e político em Salvador e o racismo religioso da década de 1920 até ano de 1937.

O século XX, possuía ainda toda uma herança conservadora de como tratar a população negra do país em si. Vindo desde o período da escravização do povo negro, até o

ano pensado, não houve muitas mudanças em relação ao pós-abolição da escravidão no Brasil e principalmente na Bahia, onde a elite conservadora e cristã ainda possuía traços do império e desprezava a república.

Havia um delegado na coligação baiana que se tornou temido pelos pais de Santo, pois sua repressão ao candomblé era de forma ávida e violenta. Conhecido como Pedrito Gordilho, se tornou folclore entre os adeptos das religiões afro-brasileiras. Ao qual Luhning, (1995/6) diz em seu trabalho, que:

Foi um tanto difícil abordar a sua vida e sua atuação profissional, porque o real e o lendário confundem-se. Para uns, os acontecimentos daquela época não passam de um exagero, tudo seria mais lenda e mito que realidade. Para outros, a perseguição existia de uma forma real, inexistindo, porém, relatos objetivos. (Luhning, 1995/96. Pág. 195)

Perante isto vemos o quão era um terror para o povo de santo da época, conviver com a polícia baiana, que até então discriminava-os e destruía tudo e qualquer coisa que se fizesse como referência a Orixás.

Mesmo com as inúmeras mudanças no cenário político brasileiro no decorrer das décadas, para a população negra e afro-religiosa na Bahia não houve consideráveis mudanças, sendo possível observar a perseguição descrita anteriormente ao povo de Santo, a nível governamental e policial, ainda presente na década de 1930, período em que Getúlio Vargas assumiu o poder e criou o Estado Novo. Período este que a elite cristã conservadora continuava exercendo controle direto no âmbito político. Moraes (2020) aponta a perspectiva a qual “a modernidade que se almejava alcançar com as políticas do governo Vargas não se conjugava com as práticas religiosas vinculadas aos negros, ainda consideradas indícios de uma sociedade arcaica” (Moraes, 2020, p. 2).

A concepção de governo na era Vargas, então, consistia em uma sociedade seguindo os moldes eurocêntricos introduzidos durante o período colonial; branca e cristã. Não havia a concepção de religiões ou pessoas que praticassem os costumes de matrizes africanas, e, além disso, existia a prática política que propunha um projeto de “branqueamento” da população brasileira; o qual se pautava em incentivos a imigração de europeus para o país, oferecendo melhores oportunidades trabalhistas para estes. Isso é evidente nas próprias palavras de Getúlio, segundo Haag (2012), que diz: “durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico”.

Neste contexto histórico, é imperativo ressaltar a figura marcante de Mãe Aninha, uma destacada Ialorixá da década em questão e a fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá. Sua notoriedade foi ainda mais amplificada pelo apoio de Oswaldo Aranha, um influente político que se sensibilizou com a causa candomblecista. Santos (2014) destaca que Mãe Aninha, por meio desse respaldo político, obteve um feito significativo: a promulgação do Decreto Presidencial 1.202/34 por Getúlio Vargas. Esse decreto, conforme salientado por Claro (2021), marcou o fim da proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934. A atuação de Mãe Aninha, entretanto, não se limitou a esse marco legislativo, estendendo-se ao longo da década de 1930. De acordo com Claro (2021, p. 7), Mãe Aninha manteve uma participação ativa na luta pelos direitos e reconhecimento dos cultos afro-brasileiros até sua morte no final da mesma década. Sua presença e influência foram cruciais para desencadear mudanças significativas no cenário religioso brasileiro, destacando a importância não apenas de líderes religiosos, mas também da intersecção entre o sagrado e o político na busca pela legitimidade e respeito às tradições afro-brasileiras.

Vindo o interventor federal do então presidente da época, Getúlio Vargas para cá, Juracy Magalhães esteve no poder das oligarquias baiana até o momento de 10 de novembro de 1937. Ele não foi muito bem recebido pela elite local de início, já que era um forasteiro, mas logo começou a fazer alianças, visto que era um bom articulador político. O qual Rossi (2011) diz:

No limite, pode-se dizer que a nomeação do tenente “estrangeiro”, tal como fora recebido o interventor Juracy Magalhães, indis pôs como um todo os grupos oligárquicos baianos os quais, suspendendo momentaneamente suas acirradas disputas internas, tentariam ainda articular um bloco de oposição que, embora frágil, não deixava de expressar o forte “ressentimento [de uma] Bahia invadida e violada”. (Rossi, 2011)

Diante disso, vemos como as oligarquias baianas, mesmo sendo desunidas, ainda, sim, tentaram de reunir para formar uma oposição contra o então interventor. Sendo boa parte destas oligarquias Seabristas. J. J Seabra sendo então o governador da Bahia, ainda de início quando Juracy chegou. Ambos tinham uma disputa acirrada como traz novamente o autor Rossi (2011):

A situação social e financeira de Souza Carneiro jamais conheceu melhoras significativas. Muito pelo contrário, o seabrismo cada vez mais imoderado do professor rendeu-lhe ainda um dos mais fortes golpes sofridos em vida: o desligamento da Escola Politécnica, em 1932, aos ser “aposentado à força, sem mais

nem menos, por motivos políticos”. O desligamento se deu como resultado dos esforços empreendidos pelo então recém-empossado interventor Juracy Magalhães para sufocar quaisquer pretensões de J. J. Seabra – bem como as de outras forças oligárquicas locais – em assumir as rédeas do processo revolucionário na Bahia, perseguindo e prendendo seus principais correligionários. (Rossi, 2011)

O parágrafo em questão trás o pai de Edison Carneiro como sendo aposentado como forma de repressão política por ser “apoiador” de J. J. Seabra. Vemos as oligarquias baianas e o povo muito apegados à coligação do Seabrismo. Por isso que Juracy tentou de todas as formas possíveis derrubar o seu rival político e, sendo um ótimo articulador, conseguiu pelas beiradas ter as oligarquias na palma de sua mão, se tornando então governador da Bahia no ano de 1931 e permaneceu no poder até o ano de 1937, mesmo ano que ocorreu o segundo congresso afro-brasileiro na Bahia, sendo o mesmo ocorrido 10 meses antes do fim de seu mandato.

Então, a relação do governo de Getúlio Vargas e do seu interventor federal, Juracy Magalhães, com a população negra da Bahia foi complexa, com políticas que variaram entre inclusivas e excludentes. Onde os mesmos deixaram um legado significativo na história política brasileira e baiana, mas também enfrentaram críticas de diversos setores da sociedade, incluindo movimentos negros, devido às suas políticas e práticas que perpetuaram desigualdades raciais. Principalmente na atualidade, onde Vargas é considerado um “Ditador”.

Figura 1 - Análise Da Capa De Jornal: A Perspectiva Da Imprensa Diante Do Racismo Religioso No Ano De 1937



Fonte: <https://velhosmestres.com/br/destaques-5>.

Vemos diante da capa de jornal analisada para a então a elaboração deste artigo. Um caso do que pode ser considerado atualmente como racismo religioso. Na capa em questão há uma notícia sobre o então segundo congresso afro-brasileiro ocorrido aqui no estado da Bahia, a qual diz com o subtítulo “Como decorreu a sua sessão de instalação”.

O texto informa sobre os trabalhos apresentados na abertura do evento, anuncia a chegada do “maestro Camargo Guarnieri, representante do Departamento de Cultura da Prefeitura de S. Paulo, que veio recolher músicas africanas e populares da Bahia e adquirir instrumentos musicais de candomblé, capoeira, samba e batuque; e o pianista e compositor

Frutuoso Vianna, especialista em música negreira, que ajudará as pesquisas do maestro Guarnieri”.

Abaixo da notícia de capa central, vemos uma notícia sobre uma tragédia ocorrida, cuja o tema é “Violenta Thesourada”, ao qual o contexto que podemos entender da notícia, uma mulher da religião de Santo, teria tentado matar um homem com uma tesoura, a qual a mesma quando a polícia chegou para levá-la gritou “Oxalá, que elle nada soffra”. Muito provavelmente essa mulher estaria se defendendo de uma situação de intolerância religiosa, ao qual o jornal em questão a apontou como sendo a vilã do enredo. Abaixo da notícia destaque diz o seguinte: “Deu hoje entrada no S. S. da Urgência o commercario Nelson Tabajara, portador de um ferimento heero-cousturo na região abdominal, feito a thesoura.” (Jornal do estado da Bahia, 1937)

O caso em si, ficou claro. Diante da capa e da discussão que a capa trás, sendo a mesma do jornal do Estado da Bahia, com o governo atual do Brasil na época Getúlio Vargas, o atual administrador federal da Bahia o então deputado Juracy Magalhães que foi indicado pelo presidente. A política de Vargas, não era das melhores para a população negra do país. Sofrendo assim com o massacre de todas as formas possíveis.

Conclusão

Diante de tudo o que foi abordado neste artigo, podemos concluir que o segundo congresso afro-brasileiro ocorrido na cidade de Salvador na Bahia, foi um marco importante diante de um governo opressor da população negra brasileira e baiana, principalmente as suas religiões, como foi demonstrado o que nos dias de hoje seria visto como “Intolerância” ou “Racismo Religioso” (termo mais atual), ao qual foi mencionado também uma disputa política entre J. J. Seabra e Juracy Magalhães, ao qual o último acabou ganhando, sendo um “Lacaio” de Vargas, e destituindo os direitos da população negra baiana, que já não possuía muitos, e como foi demonstrado anteriormente, o congresso só ocorreu porque possuiu o apoio de instituições de prestígio e servidores públicos como Edison Carneiro e Arthur Ramos que mesmo não podendo estar presente, deu todo o apoio necessário ao seu amigo.

Visto que o racismo é uma insensibilização do ser humano, como apontam antropólogos e historiadores, vemos então o “Racismo Religioso” como uma desumanização não somente da pessoa, mas também de sua fé e tudo aquilo que ela acredita.

Referências

CLARO, Silene Ferreira. Eugênia Anna dos Santos, a mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá. In: Narrativas e saberes do candomblé na construção da consciência histórica: a experiência decolonial da Escola Municipal Eugênia Anna Dos Santos. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia**. 1ª edição, São Paulo: ANPUH, 2021.

CLAY, Vinicius. **O negro em O Estado da Bahia**: De 09 de Maio de 1936 até 25 de Janeiro de 1938. Monografia apresentada ao curso de comunicação da Faculdade Federal da Bahia, departamento de jornalismo, 2003.

HAAG, Carlos. Os indesejáveis: Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento. **FAPESP, Revista**, ed. 201, 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-indesejaveis/>.

MORAIS, Mariana Ramos de, 2020. Raça, cultura e religião: os Congressos Afro-Brasileiros e a antropologia feita no Brasil nos anos 1930, in Bérose - **Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie**, Paris.

OLIVEIRA, Waldir Freitas de, LIMA, Vivaldo da Costa, (Orgs.). **Cartas de Edison Carneiro a Arthur Ramos**: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo, Corrupio, 1987.

ROSSI, Luiz Gustavo. **O intelectual “Feiticeiro” Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2011. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20intelectual%20E2%80%9Cfeiticeiro%20E2%80%9D%20Edison%20Carneiro.pdf>.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. Repensando os ataques às religiões afro: uma breve discussão sobre o conceito de racismo religioso no Candomblé. **Revista Tempo Amazônico**, Volume 8, N. 1, Jul-Dez de 2020. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2044.

SOARES, Angelo B. C. **Academia dos rebeldes**: modernismo à moda baiana. Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2006. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/11>.

Fontes

Jornal do estado da Bahia, 6 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://velhosmestres.com/br/destaques-5>.

Jornal do estado da Bahia, 9 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://velhosmestres.com/br/destaques-5>.

Jornal do estado da Bahia, 12 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://velhosmestres.com/br/destaques-5>.